



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM nº 114/2025

Florianópolis, 23 de setembro de 2025.

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de Decreto contendo a Alteração 4.919 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001 (RICMS/SC-01).

A Alteração 4.919 modifica o § 1º do art. 24¹ do Anexo 3 do RICMS/SC-01, com o objetivo de disciplinar a forma e o prazo de recolhimento do ICMS relativo ao estoque de mercadorias incluídas no regime de substituição tributária.

A nova redação estabelece, como regra geral, o recolhimento até o 20º (vigésimo) dia do terceiro mês subsequente à inclusão, admitindo-se, por opção do sujeito passivo, o parcelamento em até 20 (vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, conforme autorização constante da cláusula primeira do Convênio ICMS 89/19, internalizada no ordenamento catarinense pela Lei estadual nº 19.200, de 8 de janeiro de 2025.

A proposição fundamenta-se, ainda, na cláusula vigésima oitava do Convênio ICMS 142/18, que atribui aos Estados competência para regulamentar o tratamento tributário aplicável aos estoques de bens e mercadorias incluídos ou excluídos do regime de substituição tributária, no âmbito das operações subsequentes e nas demais situações previstas na legislação da respectiva unidade federada.

Excelentíssimo Senhor
JORGINHO DOS SANTOS MELLO
Governador do Estado
Florianópolis/SC

¹Art. 24, Anexo 3, RICMS/SC-01. Quando da inclusão ou exclusão de mercadorias no regime de substituição tributária, os contribuintes substituídos deverão: (...)

§ 1º Quando se tratar de inclusão de bem ou mercadoria, o imposto devido será recolhido:

I – até o 20º (vigésimo) dia do 4º (quarto) mês subsequente àquele da inclusão da mercadoria no regime de substituição tributária, devendo o valor ser informado no aplicativo a que se refere a alínea “a” do inciso II deste parágrafo; ou

II – por opção do sujeito passivo, em até 20 (vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem acréscimo de juros e multas, observado o seguinte:

a) o sujeito passivo deverá manifestar sua opção, por intermédio de aplicativo disponibilizado na página oficial da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, declarando o número de parcelas;

b) cada parcela deverá ser recolhida até o 20º (vigésimo) dia de cada mês, vencendo a primeira no 4º (quarto) mês subsequente àquele em que a mercadoria foi incluída no regime de substituição tributária, não se aplicando o disposto no § 4º do art. 60 do Regulamento;

c) o não recolhimento da 1ª (primeira) parcela até 20º (vigésimo) dia do terceiro mês subsequente ao seu vencimento, caracteriza desistência da opção;

d) as especificações do aplicativo previsto na alínea “a”, bem como o valor mínimo da parcela, serão disciplinadas em portaria do Secretário de Estado da Fazenda; e

e) fica automaticamente cancelada a opção na hipótese de inadimplência de montante equivalente a 3 (três) parcelas, vencendo, neste caso, o imposto relativo às parcelas vincendas, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO**

Ao conferir tal prerrogativa normativa, a referida cláusula autoriza a fixação de condições, prazos e procedimentos, que serão definidos segundo os critérios estabelecidos na legislação interna, desde que respeitados os limites autorizativos dos convênios celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Destaca-se que, no exercício da competência regulamentar, foi suprimida do inciso II do § 1º do art. 24 do Anexo 3 a previsão de que o parcelamento ocorrerá sem acréscimos de juros e multas.

Tal exclusão decorre da ausência de autorização expressa no Convênio ICMS 89/19 para a concessão de parcelamento com tais benefícios fiscais, sendo vedado ao Estado ampliá-los unilateralmente sem prévia autorização do CONFAZ.

A medida proposta, portanto, racionaliza a sistemática de apuração e recolhimento do imposto incidente sobre o estoque de mercadorias submetidas à substituição tributária, compatibilizando-a com as diretrizes normativas nacionais e com os princípios da legalidade e da segurança jurídica.

A revogação das alíneas “a” a “e” do inciso II do § 1º do art. 24 do Anexo 3 do RICMS/SC-01 é consequência necessária da atualização promovida pela Alteração 4.919, tendo em vista que o novo tratamento conferido ao parcelamento do ICMS substituição tributária, relativo à inclusão de mercadorias no regime, deverá observar os parâmetros autorizados pelo Convênio ICMS nº 89/19.

Com a adoção da nova disciplina, o parcelamento passa a seguir as normas gerais aplicáveis aos parcelamentos tributários no Estado de Santa Catarina, conforme a legislação estadual específica, inclusive quanto aos encargos legais decorrentes da mora.

Finalmente, foi prevista produção de efeitos a contar da data de publicação.

Respeitosamente,

CLEVERSON SIEWERT
Secretário de Estado da Fazenda
(assinado digitalmente)

ANEXO ÚNICO
COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO

Redação Atual	Redação Proposta – Anexo 3	Justificativa
RICMS/SC-01, ANEXO 3, ART. 24	Alteração 4.919	
<p>Seção VIII - Da Inclusão ou Exclusão de Mercadorias no Regime de Substituição Tributária</p> <p>Art. 24. Quando da inclusão ou exclusão de mercadorias no regime de substituição tributária, os contribuintes substituídos deverão:</p> <p>I – efetuar levantamento de estoque das referidas mercadorias, na data da sua inclusão ou exclusão, e escriturar, para os contribuintes optantes pelo Simples Nacional, no livro Registro de Inventário, e para os contribuintes sujeitos ao regime de apuração normal, na Escrituração Fiscal Digital - EFD;</p> <p>II – quando da inclusão, calcular o imposto incidente sobre as mercadorias em estoque, mediante aplicação da alíquota interna estabelecida à operação com destino a consumidor final sobre o valor de aquisição definido no § 3º deste artigo, acrescido da margem de lucro especificada para cada mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, conforme percentuais definidos no Anexo 1-A deste Regulamento e no Capítulo VI deste Título, lançando o valor apurado a débito no livro Registro de Apuração do ICMS; e</p> <p>III – quando da exclusão, calcular o imposto incidente sobre cada uma das operações que resultaram da entrada de mercadorias que estão em estoque, mediante aplicação da alíquota</p>	<p>“Art. 24.</p> <p>.....</p> <p>§ 1º Quando se tratar de inclusão de bem ou mercadoria no regime de que trata o caput deste artigo, o imposto devido deverá, até o 20º (vigésimo) dia do 3º (terceiro) mês subsequente àquele da inclusão, ser:</p> <p>I – recolhido em parcela única; ou</p> <p>II – por opção do sujeito passivo, com fundamento no Convênio ICMS 89/19, parcelado em até 20 (vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas (art. 1º da Lei nº 19.200, de 2025).</p> <p>.....” (NR)</p>	<p>A Alteração 4.919 modifica o § 1º do art. 24 do Anexo 3 do RICMS/SC-01, com o objetivo de disciplinar a forma e o prazo de recolhimento do ICMS relativo ao estoque de mercadorias incluídas no regime de substituição tributária. A nova redação estabelece, como regra geral, o recolhimento até o 20º (vigésimo) dia do terceiro mês subsequente à inclusão, admitindo-se, por opção do sujeito passivo, o parcelamento em até 20 (vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, conforme autorização constante da cláusula primeira do Convênio ICMS 89/19, internalizada no ordenamento catarinense pela Lei estadual nº 19.200, de 8 de janeiro de 2025.</p> <p>A proposição fundamenta-se, ainda, na cláusula vigésima oitava do Convênio ICMS 142/18, que atribui aos Estados competência para regulamentar o tratamento tributário aplicável aos estoques de bens e mercadorias incluídos ou excluídos do regime de substituição tributária, no âmbito das operações subsequentes e nas demais situações previstas na legislação da respectiva unidade federada.</p> <p>Ao conferir tal prerrogativa normativa, a cláusula em questão autoriza a fixação de condições, prazos e procedimentos, a serem definidos segundo os critérios estabelecidos na legislação interna, desde que respeitados</p>

<p>interna aplicável à operação a consumidor final sobre a base de cálculo da substituição tributária, consignado no documento fiscal, lançando o valor apurado a crédito no livro Registro de Apuração do ICMS.</p> <p>§ 1º Quando se tratar de inclusão de bem ou mercadoria, o imposto devido será recolhido:</p> <p>I – até o 20º (vigésimo) dia do 4º (quarto) mês subsequente àquele da inclusão da mercadoria no regime de substituição tributária, devendo o valor ser informado no aplicativo a que se refere a alínea “a” do inciso II deste parágrafo; ou</p> <p>II – por opção do sujeito passivo, em até 20 (vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem acréscimo de juros e multas, observado o seguinte:</p> <p>a) o sujeito passivo deverá manifestar sua opção, por intermédio de aplicativo disponibilizado na página oficial da Secretaria de Estado da Fazenda na internet, declarando o número de parcelas;</p> <p>b) cada parcela deverá ser recolhida até o 20º (vigésimo) dia de cada mês, vencendo a primeira no 4º (quarto) mês subsequente àquele em que a mercadoria foi incluída no regime de substituição tributária, não se aplicando o disposto no § 4º do art. 60 do Regulamento;</p> <p>c) o não recolhimento da 1ª (primeira) parcela até 20º (vigésimo) dia do terceiro mês subsequente ao seu vencimento, caracteriza desistência da opção;</p> <p>d) as especificações do aplicativo previsto na alínea “a”, bem como o valor mínimo da parcela,</p>		<p>os limites autorizativos dos convênios celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).</p> <p>Destaca-se que, no exercício da competência regulamentar, foi suprimida do inciso II do § 1º do art. 24 do Anexo 3 a previsão de que o parcelamento ocorrerá sem acréscimos de juros e multas.</p> <p>Tal exclusão decorre da ausência de autorização expressa no Convênio ICMS 89/19 para a concessão de parcelamento com tais benefícios fiscais, sendo vedado ao Estado ampliá-los unilateralmente sem prévia autorização do CONFAZ.</p> <p>A medida proposta, portanto, racionaliza a sistemática de apuração e recolhimento do imposto incidente sobre o estoque de mercadorias submetidas à substituição tributária, compatibilizando-a com as diretrizes normativas nacionais e com os princípios da legalidade e da segurança jurídica.</p>
---	--	---

<p>serão disciplinadas em portaria do Secretário de Estado da Fazenda; e</p> <p>e) fica automaticamente cancelada a opção na hipótese de inadimplência de montante equivalente a 3 (três) parcelas, vencendo, neste caso, o imposto relativo às parcelas vincendas, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato.</p> <p>§ 2º Salvo no caso de mercadorias beneficiadas com redução de Margem de Valor Agregado (MVA), para os contribuintes enquadrados no Simples Nacional, o imposto será apurado pelo percentual de 3,95% (três inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) em substituição à alíquota interna referida no inciso II do caput deste artigo.</p> <p>§ 3º O valor de aquisição, para efeitos de inclusão de mercadorias no regime de substituição tributária, corresponde ao preço praticado pelo remetente, acrescido do montante dos valores de seguro, frete, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados na aquisição da mercadoria, sendo facultado valorar o estoque pelo método da média ponderada móvel de aquisição de cada mercadoria.</p> <p>§ 4º Os valores lançados a débito no Livro de Apuração do ICMS deverão ser informados exclusivamente no aplicativo previsto neste artigo.</p> <p>§ 5º Em substituição ao que se refere o inciso III do caput deste artigo, o contribuinte poderá calcular o crédito das mercadorias em estoque excluídas da substituição tributária, mediante a aplicação do percentual da alíquota interna</p>		<p>A Alteração 4.919 promove a atualização do § 1º do art. 24 do Anexo 3 do RICMS/SC-01, com o objetivo de compatibilizar a disciplina estadual aplicável ao tratamento tributário da inclusão de mercadorias no regime de substituição tributária com as disposições previstas no Convênio ICMS nº 89/19.</p> <p>Nos termos da cláusula primeira do referido Convênio, o Estado de Santa Catarina está autorizado a conceder parcelamento do ICMS devido por substituição tributária relativo às mercadorias em estoque, em até 20 (vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas. A redação proposta limita-se, portanto, a regulamentar essa faculdade nos exatos termos permitidos pela norma federal pactuada no âmbito do CONFAZ, sem a concessão de qualquer benefício fiscal adicional.</p> <p>Com base nisso, foi deliberadamente suprimida a redação anterior do inciso II do § 1º, que previa a possibilidade de parcelamento “sem acréscimo de juros e multas”. Tal previsão ultrapassava os limites do Convênio ICMS nº 89/19, o qual não autoriza a concessão de parcelamento com remissão de encargos legais, sendo, portanto, incompatível com o ordenamento jurídico vigente.</p> <p>Adicionalmente, a nova redação promove a devida vinculação à Lei Estadual nº 19.200, de 2025, que instituiu a faculdade de parcelamento sob as condições permitidas pelo convênio, assegurando a legalidade e a formalidade da regulamentação proposta.</p>
--	--	--

<p>correspondente sobre o custo de aquisição das mercadorias.</p> <p>§ 6º Quando se tratar da exclusão de mercadorias do regime de substituição tributária, o disposto neste artigo não se aplica às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, que observarão a regra prevista no inciso I do § 8º do art. 25 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 140, de 22 de maio de 2018.</p>		<p>A medida, ao mesmo tempo em que preserva a faculdade de parcelamento como instrumento de viabilidade financeira ao contribuinte, fortalece a coerência normativa e evita a extrapolação dos limites fixados pela legislação federal de regência, assegurando maior segurança jurídica à disciplina tributária.</p>
<p>Convênio ICMS 89/19, cláusula primeira.</p>		
<p>Cláusula primeira Ficam os Estados do Ceará, Piauí e Santa Catarina autorizados a conceder parcelamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e de Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – devido por substituição tributária, relativo às mercadorias existentes em estoque por ocasião de sua inclusão no regime de substituição tributária, em até 20 (vinte) prestações mensais, iguais e sucessivas, na forma prevista na legislação interna.</p> <p>Parágrafo único. Legislação estadual poderá estabelecer condições e limites para a fruição do benefício previsto neste convênio.</p>		
<p>Convênio ICMS 142/18, cláusula vigésima oitava.</p>		
<p>“Cláusula vigésima oitava O contribuinte deverá observar a legislação interna da unidade federada em que estiver estabelecido relativamente ao tratamento tributário do estoque</p>		

de bens e mercadorias incluídos ou excluídos do regime de substituição tributária referente às operações subsequentes, bem como nas demais situações previstas na legislação da respectiva unidade federada.		
CLÁUSULA DE VIGÊNCIA	Redação Proposta	Justificativa
	Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.	Foi prevista produção de efeitos a contar da data de publicação.
CLÁUSULA DE REVOGAÇÃO	Redação Proposta	Justificativa
	Art. 3º. Ficam revogadas as alíneas “a” a “e” do inciso II do § 1º do art. 24 do Anexo 3 do RICMS/SC-01.	<p>A revogação das alíneas “a” a “e” do inciso II do § 1º do art. 24 do Anexo 3 do RICMS/SC-01 é consequência necessária da atualização promovida pela Alteração 4.919, tendo em vista que o novo tratamento conferido ao parcelamento do ICMS substituição tributária, relativo à inclusão de mercadorias no regime, deverá observar os parâmetros autorizados pelo Convênio ICMS nº 89/19.</p> <p>Com a adoção da nova disciplina, o parcelamento passa a seguir as normas gerais aplicáveis aos parcelamentos tributários no Estado de Santa Catarina, conforme a legislação estadual específica, inclusive quanto aos encargos legais decorrentes da mora.</p>